

FERNANDA HORTÊNCIA GOMES

ECOTURISMO EM MONTE GORDO



BACHARELATO EM CIÊNCIAS NATURAIS

ISE
Junho 2006

**TRABALHO CIENTIFICO APRESENTADO AO I.S.E.
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DO BACHEREL EM
CIÊNCIAS NATURAIS**

TEMA:

ECOTURISMO EM MONTE GORDO

Autora:

Fernanda Hortência Gomes

Orientadora:

Eng.^a Maria da Cruz Soares

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEO- CIÊNCIAS
CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS**

Trabalho Científico:

ECOTURISMO EM MONTE GORDO

Elaborado por: Fernanda Hortência Gomes

E aprovado pelos membros do júri. Foi homologado pelo Conselho Científico e Pedagógico, como requisito parcial á obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Naturais.

....., de 2006

O júri,

.....
.....
.....

Dedicatória

À minha mãe
e
ao meu José da Cruz

Agradecimentos

A realização de trabalhos desta natureza envolve quase sempre entidades e pessoas singulares. Assim não podia deixar de expressar toda a minha gratidão a todos os que me apoiaram, permitindo que este trabalho hoje fosse uma realidade.

Queria em primeiro lugar agradecer a Deus por me conceder o dom da vida, e a capacidade de desenvolver a minha inteligência.

A minha mãe por todo o esforço dedicado a mim

À Engenheira Maria da Cruz Soares, minha orientadora, pela sugestão do tema, toda a dedicação demonstrada durante a elaboração deste trabalho.

Ao Mateus Monteiro e sua família pela forma amiga com que colaboram comigo na concretização dos meus objectivos.

Ao Departamento de Geo – Ciências do Instituto Superior da Educação, em especial Dr.^a Ana Maria Hoffer Almada e Dr.^a Sónia Silva por toda a colaboração prestada nesta caminhada.

Ao Instituto Superior da Educação, ao seu corpo docente, particularmente os que estiveram envolvidos no curso de formação em exercício de professores do Ensino Secundário.

Um agradecimento especial a Zé, meus irmãos, amigos, familiares e colegas de trabalho cujo contributo e apoio moral foram indispensáveis na execução deste trabalho.

Aos colegas de formação com quem fizemos juntos esta caminhada, de modo especial Mário Tolentino, Martinho Rocha e João Vicente.

A Autora

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
------------------------	----------

CAPÍTULO I

1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CLIMATOLÓGICO DA ILHA DE SÃO NICOLAU	9
2. CONCEITO DE TURISMO	10
3. CONCEITO DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	12
4. MODALIDADES DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	13
5. ECOTURISMO	18
5.1. Definição e Caracterização	18
5.2. Ecoturismo e ambiente.....	20
5.3. Desenvolvimento sustentável	21
6. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL	22

CAPÍTULO II

1. Caracterização do Monte Gordo	25
1.1. Breve Historial Sobre Monte Gordo	25
1.2. Localização	26
1.3. Formação	26
1.4. Roteiro que dá acesso à Localidade	27
1.5. Geomorfologia	28
1.6. Solos	29
1.7. Vegetação e Flora	30
1.8. Fauna	32
1.9. Espécies inventariadas na área de Monte Gordo	33
1.10. Caracterização Socioeconómico	37
1.11. Infra-estruturas	38
1.12. Possíveis Investimentos em Infra-estruturas na área do Monte Gordo ...	39
1.13. Enquadramento legal / institucional	40

CAPÍTULO III

1. Ecoturismo em Monte Gordo	42
1.1. Potencialidade do ecoturismo em M.G.	42
1.2. Constrangimentos do desenvolvimento do Ecoturismo em Monte Gordo	46
1.3. Perspectivas de desenvolvimento do Ecoturismo em Monte Gordo	46
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
BIBLIOGRAFIA	52

ANEXOS

ANEXO 1 – Algumas Plantas utilizadas na medicina tradicional existentes na Área do Monte Gordo e as suas aplicações.

ANEXO 2 – Fotografias

INTRODUÇÃO

Ao assumirmos esta abordagem sobre o ecoturismo, apercebemos logo á partida que o desafio era complexo e enorme, porém, aliciante, o que constitui alguma motivação. Neste trabalho, faremos uma análise generalizada, abordando os aspectos positivos e negativos dessa problemática, focalizando o caso de monte Gordo de S. Nicolau. Assim, partindo de uma pesquisa bibliográfica, procuraremos em cada linha provar o significado do ecoturismo na economia, os seus reflexos no desenvolvimento social e cultural.

O turismo ecológico é uma opção atraente para as regiões em desenvolvimento, que podem utilizar os recursos naturais e mão-de-obra local para criar actividades geradoras de rendimento para a população. E isso traduz-se em divisas externas, viabilizando projectos adequados ao meio ambiente, assim como engajamento dos moradores da região na exploração das actividades turísticas.

Esta escolha que ora assumimos resulta do nosso conhecimento ainda que superficial do objecto de abordagem, o que para nós constitui matéria da nossa paixão. Assim sendo, esta motivação foi pedra de toque para assunção plena deste trabalho científico.

Entendemos ser fundamental cruzar diversas metodologias de trabalho, passando por entrevistas, inquéritos e consultas sobre os mais variados documentos na perspectiva de incrementar uma abordagem científica, evitando assim os estereótipos, os preconceitos e o sensacionalismo inimigos da ciência.

De um modo geral, dividimos este trabalho em diferentes capítulos e sub capítulos, mas todos unidos por uma concordância de conteúdo que procura dar conta do ecoturismo focalizando o caso de Monte Gordo.

Assim, o primeiro momento, de carácter introdutório, procede ao enquadramento do tema em discussão, explicitando os objectivos que norteiam o seu desenvolvimento e as motivações que estiveram na base da sua assunção; o primeiro capítulo destina-se ao

enquadramento geográfico e climatológico da ilha de São Nicolau, à clarificação do conceito de turismo e do turismo em áreas naturais, bem como as diferentes modalidades deste último, e entre outros aspectos o ecoturismo, a sua relação com o ambiente e desenvolvimento sustentável, focalizando os aspectos positivos e negativos que dela podem surgir; o segundo capítulo destinado a dar a conhecer além de uma breve historial sobre Monte Gordo a sua caracterização sobre os diversos elementos naturais, físico, geomorfológicos, e biológicos que apresenta, sua infraestrutura, assim como os possíveis investimentos de infra estruturação nesta área, seguido do seu enquadramento legal institucional; terceiro capítulo não mais prevê do que uma exposição sustentada em torno da tese ecoturismo em Monte Gordo que procura debruçar exclusivamente sobre o Monte Gordo em que o objectivo principal é o de apresentar esse espaço como um potencial de desenvolvimento do ecoturismo.

Estamos certos que este trabalho possui pontos de vistas discutíveis, mas o nosso sentimento não é o de ter dito tudo e da melhor maneira. Apesar de tudo, para da sustentabilidade às nossas reflexões e/ou conclusões apoiamo-nos em vários excertos de textos e em autoridades que, no nosso entender, são elucidativos.

CAPÍTULO I

1- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E CLIMATOLÓGICO DA ILHA DE SÃO NICOLAU

Cabo Verde situa-se entre os trópicos de Equador, nos paralelos $14^{\circ} 12' 5''$ e $14^{\circ} 48'$ de latitude norte entre os meridianos $22^{\circ} 44'$ e $25^{\circ} 22'$ de longitude WE.

È um arquipélago constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, dividido em dois grupos: o de Barlavento e o de Sotavento.

Encontra-se localizada na costa ocidental africana, cerca de 500Km frente a Cabo Verde de Senegal, donde lhe vem o nome.

A ilha de São Nicolau fica mais ou menos no centro do arquipélago entre os $16^{\circ}/17^{\circ}40'55''$ de latitude norte e $24^{\circ}/25^{\circ}00'47''$ de longitude Oeste aproximadamente.

È considerada a quinta ilha em superfície, ocupando uma área de 343 Km^2 , tendo 45Km no maior cumprimento (sentido EW) e a largura máxima de 25Km (sentido NS), sendo uma das únicas ilhas de onde podem ser avistadas todas as outras, quando faz bom tempo a partir do Monte Gordo, pico mais alto da ilha.

Os pontos extremos da ilha: a Norte, Ponta de Espichim a $16^{\circ} 40'55''$ de latitude Norte; a Leste, Ponta Calheta a $24^{\circ} 00'47''$ de longitude WE; a Sul, Ponta de vermelharia a $16^{\circ} 31'$ de latitude Norte.

Assim como as restantes ilhas é de origem vulcânica, e o seu relevo apresenta um carácter acidentado, de declives abruptos que, afectado pela erosão apresenta-se muito alcantilado com grandes ravinas, desfiladeiros e pequenas plataformas (chãs) costeiras.

Em quase toda a ilha as rochas são formadas por montes basálticos, embora interrompidos em algumas zonas por produtos de formação piroclástica e outros materiais rochosos diferentes.

S. Nicolau possui cerca de 152 km de costa marítima, que na maior parte cai a prumo sobre o mar, formando por vezes falésias impressionantes e constantemente batidos pelo mar. Nas praias antigas vê-se arribas muito pronunciadas, chegando a ter 200m de altura.

O clima da ilha tem em grande parte características de extrema rigidez, aridez acentuada e semi-aridez. Toda a plataforma circundante de baixo-relevo excepto a correspondente á fachada exposta a nordeste, apresenta características de extrema aridez. As faces viradas para o Este, Sul e Oeste, plataformas de colunas salientes, formas residuais de relevo e vertentes escarpadas, demarcam – se pela sua acentuada aridez, enquanto a fachada montanhosa exposta a Noroeste, apresenta características de região semi – árida. A fachada montanhosa exposta a Noroeste, apresenta, características de zonas sub-húmidas, a partir dos 200/300m até 600/700m de zona húmidas, nas zonas do ponto culminante da ilha, Monte Gordo.

2. CONCEITO DE TURISMO

Como se sabe, inúmeras são as definições associadas ao fenómeno Turismo. Por essa razão, escolhemos de entre muitas a adoptada pela Organização Mundial do Turismo, aquela que ao nosso ver explicita de forma mais consentânea o referido fenómeno. Se não vejamos:

Segundo a Organização Mundial do Turismo, Turismo é “ movimento das pessoas a lugar diverso do qual habita por tempo inferior a um ano, desde que estas não realizam actividades económica”

Portanto turismo é a realização de viagens para local diverso do qual a pessoa mora, seja a lazer, passeio, negócio, religião ou outra actividade diversa da económica.¹

¹ File:/7E: \Revista Turismo – Turismo é __. htm

Apesar da definição supramencionada não incluir um aspecto que, quanto a nós, está indissociavelmente ligado ao referido fenómeno, cremos ser necessário realçar que, independente das variantes de turismo, temos dois principais tipos de Turismo que são: o Turismo Interno ou Nacional, que ocorre dentro das fronteiras do território de residência do indivíduo ou turista e o Turismo Internacional, que ocorre fora do território de residência do turista.

O Turismo pode ser visto como um sistema constituído por um conjunto de subsistemas que se relacionam para alcançar objectivos comuns. Assim sendo, os objectivos desse sistema estão dirigidos tanto aos turistas, como às pessoas que ocupam activamente o espaço no qual se manifesta o turismo. Todavia, são as comunidades locais, constituídas por pessoas que prestam serviços aos turistas, os privilegiados do sistema.

A Natureza constitui um espaço físico onde se pode estudar, desfrutar e apreciar a paisagem e a vegetação naturais, seguindo um processo de conservação que pressupõe a minimização da degradação ambiental.

O principal objectivo das pessoas que praticam o turismo ecológico é o de terem a oportunidade de conseguir na natureza o espaço de lazer que não encontram no meio urbano.

Existem várias modalidades de turismo: o turismo de montanha, que tem sua base na paisagem de montanha; o turismo de praia, a mais conhecida e vulgarizada, e muitos outros que, porém, não constituem objecto de abordagem deste trabalho.

O relevo de algumas ilhas de Cabo verde, particularmente S. Nicolau, com as altitudes elevadas e a diversidade de exposições determinam a incidência e a orientação dos ventos húmidos e secos sobre as diversas zonas, e como consequência surgem zonalidades climáticas que vão desde zonas com clima árido (zonas S-SE) até zonas com clima do tipo húmido (zonas N-NW). Gera-se deste modo uma sucessão de quadros paisagísticos com comunidades vegetais de uma composição florística muito diversificada, oferecendo a paisagem aspectos que ao longo dos tempos fizeram da paisagem rural uma das mais atractivas.

O ecoturismo, implica necessariamente a preservação da natureza. Porém, antes de começarmos a explicar os aspectos associados a este tipo de turismo cremos ser necessário conhecer alguns conceitos inerentes ao mesmo, que direccionam para diferentes segmentos da actividade turística.

3. Conceito de turismo em áreas naturais

Segundo António Silveira, o turismo em áreas naturais é toda a actividade turística levado a cabo no espaço rural que utiliza os recursos naturais de forma sustentável de modo a permitir a sua reutilização. A expressão *turismo sustentável* tem como principal objectivo uma política estratégica que visa assegurar a continuidade do desenvolvimento económico e social no respeito pelo meio ambiente, pois não se deve comprometer os recursos naturais indispensáveis à actividade humana, para evitar a degradação do ecossistema natural.²

O turismo em áreas naturais é visto como um segmento de turismo que integra uma série de actividades, serviços e facilidades que a população disponibiliza para atrair turistas a uma determinada zona dotada de condições naturais específicas, de modo a obterem receitas extras, ao mesmo tempo conciliar as vertentes: “turismo, ambiente e desenvolvimento”. Pode se dizer ainda que é uma forma de diversificar actividades e rendimentos, fortalecer as bases económicas dos que habitam essas localidades, contribuindo assim para combater a pobreza no meio rural.

Em resumo, podemos dizer que o turismo em áreas naturais é um segmento do sector turístico no qual se desenvolve actividades no espaço rural, com intercâmbio, sob diferentes formas, entre o homem (visitante) e a natureza (local), gerando benefícios nos planos sociais, económicos e ecológicos.

Os espaços naturais surgem cada vez no contexto nacional e internacional como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem particularidades indissociáveis de turismo de natureza. Daí que, as instituições responsáveis pela elaboração de princípios orientadores para uma política de turismo de natureza, devem ter em conta o seguinte:

- Que o reconhecimento de um ambiente saudável e belas paisagens constituem a base do desenvolvimento a longo prazo de todas as actividades do turismo;
- Que o turismo pode gerar ou aumentar a procura por animais, plantas, produtos para recordações, o que também pode por em perigo as espécies;

² António Silveira R. dos Santos, Programa Ambiental: a última Arca de Noé, in www.ultimarcadenoe.com.br

- Que é necessário valorizar e proteger a natureza e a diversidade biológica como elemento base para o desenvolvimento sustentado.

Sabe-se que o surgimento do turismo no meio rural dá um novo alento às zonas rurais, dotadas de paisagens deslumbrantes. Mas para conservar o património natural as condições de infra-estruturas criadas na área têm que obedecer moldes tradicionais, pois, há necessidade de se consciencializar da importância dessa actividade em si e da manutenção autenticidade do património.

As áreas naturais deverão receber infra-estruturas pré-determinadas através do planeamento, adequando-se à capacidade receptiva ou ainda ao limite aceitável de alterações.

4. Modalidades de turismo em áreas naturais

Conforme as diferentes actividades apresentamos, a seguir, algumas modalidades de turismo em áreas naturais. No entanto, por ser um segmento em expansão, podem surgir novas tipologias e actividades.

Neste particular adoptamos a proposta de Schmidlin (199_)³ que considera que as modalidades de turismo em áreas naturais subdividem-se basicamente em quatro grandes grupos:

- Ecoturismo
- Turismo de Aventura
- Turismo Rural
- Turismo Histórico-Cultural

• Ecoturismo

Conjunto de actividades turísticas que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência

³ Paulo Henrique Schmidlin, *Curadoria do Património Cultural*,...

ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Principais actividades:

Hiking

São caminhada curtas, de um dia, com retorno ao ponto de partida ou destino pré-determinado.

Trekking

São caminhadas longas, com duração média de dois dias, sem retorno ao ponto de partida, acampamento improvisado.

Observação de Fauna e Flora

Compreende a observação das espécies em seu habitat natural, ou vestígios no caso de fauna, auxiliando na interpretação o uso do binóculo, máquinas fotográficas e de vídeo e gravador.

Turismo Científico

São programas específicos para aprendizado, treinamento ou pesquisa "in loco", envolvendo instituições de ensino, pesquisas e extensão, ONGs.

Turismo Espeológico

Inclui visitas a grutas e cavernas sob supervisão de guias ou e /ou técnicos especializados.

● Turismo de aventura

É o grupo no qual as pessoas actuam como protagonistas, desenvolvendo actividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso de equipamentos e serviços especializados.

As actividades compreendem também expedições em busca de lugares isolados de baixa frequência, exigindo trabalho de equipa na maioria das vezes.

Principais actividades:**Montanhismo**

Este subgrupo compreende as práticas adoptadas para se vencer percursos e obstáculos em elevações como escarpas, montes, morros e montanhas.

- *Escaladas*

São subidas transpondo obstáculos e altitudes;

Técnica: em locais íngremes, com uso de equipamentos e equipa treinada

- *Solo*

Em locais íngremes, sem o uso de equipamentos e sem o auxílio de equipa.

- *Caminhada*

Em locais de declives e campos com inclinações menor que 45° sendo possível percorrê-los a pé sem qualquer equipamento.

- *Canyoning*: São descidas e escaladas praticadas em cachoeiras com duas cordas de segurança.

- *Rapel*: São descidas com cordas em escarpas rectas ou negativas.

Terrestres

Compreende actividades em que se utilizam recursos auxiliares para locomoção em terra.

- *Ciclo Turismo*

O veículo é a bicicleta, percorre-se trilhas e caminhos conhecidos, embora por ser leve e de baixo impacto, dependendo da quantidade de bicicletas, torna-se possível o uso de áreas protegidas.

- *Veículos Motorizados*

Neste grupo estão os “jeeps”, motocicletas e bugs, envolvidos em práticas do Jeep-Raeder, Moto-Cross passeios de Bugie nas praias e dunas. As actividades nestes casos são altamente impactantes aos ecossistemas, seja pelos ruídos dos motores seja pelos danos físicos ao solo e vegetação.

Náuticas

São actividades exercidas exclusivamente em meio aquático, lacustre, fluvial ou marítimo.

- ***Mergulho***

São incursões na superfície ou em profundidade objectivando a observação da fauna, flora e aspectos cénicos.

- ***Autónomo***

Com uso de equipamentos para mergulho a maiores profundidades, tipo “scuba”.

- ***Livre***

Sem uso de equipamentos especiais (Obs. o nome técnico desta actividade é apnéia).

- ***Pesca Amadora:***

É a pesca com vara, molinetes e um anzol, não visando a comercialização. Factores como espécie, quantidade e período são determinados por instituições competentes de acordo com a legislação vigente.

- ***Canoagem e suas variações***

São as embarcações, em formatos de canoas ou botes, individuais ou para mais pessoas, utilizados em passeios.

- ***“Rafting”***

Deslocamento em rios de correnteza fortes, utilizando embarcações infláveis, sem motor, para várias pessoas.

- ***“Bóia Cross”***

Deslocamentos em rios de corredeiras suaves utilizando câmaras pneumáticas e coletas salva vidas.

- ***Latismo e suas variações***

Actividades de passeio utilizando veleiros, escunas, catamarãs (alguns com fundo de vidros) e “air-boat” (voadeiras propulsão por hélices aéreas e casco sobre colchões da ar ou não.)

Aéreas

Actividades de voos panorâmicos classificadas conforme o tipo de aeronaves.

voo-livre

Balão

Asa delta

Pára-quedas

Planador

Motorizado

Ultraleve

Asa-delta- decolagem em solo, com pequeno motor

Girocóptero

- **Turismo Rural**

É o tipo de turismo integrado às actividades produtivas ou não na zona rural

Agroturismo

É ramo em que as pessoas participam ou acompanham a actividades normais da propriedade rural, conhecendo seus costumes e culturas. Hospedam-se confortavelmente em unidades habitacionais inseridas no contexto local com decorações e utensílios típicos.

Turismo Equestre

Baseia-se nos passeios, cavalgadas curtas ou longas e, neste caso, utilizam-se também os muares para carregamento dos materiais para acampamento rústico. Poderão ser utilizadas ainda as charretes, coches e carroças. Como resgate dos costumes há locais que utilizam bois puxando “carroção” com o “canto “ agudo das rodas.

- ***Turismo Histórico-cultural***

Actividade turística que se desenvolve em função do património histórico-cultural e que permite a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retractando seus uso e costumes tanto os actuais como dos antepassados.

Principais actividades:

Manifestações populares;

Visitas a sítios históricos;

Visitas a sítios arqueológicas;

5. ECOTURISMO

5.1. Definição e Caracterização

Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as acções com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contacto íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica. Baseia-se fundamentalmente em dois princípios:

- A protecção dos recursos naturais das áreas visitadas não pode ser comprometida;
- As populações vizinhas a essas áreas devem ser envolvidas e beneficiadas pela actividade ecoturística.

O ecoturismo é um dos segmentos turísticos que mais cresce no mundo, estimado em 20% ao ano conforme resultados obtidos através da O.M.T.

Vários são os motivos deste crescimento entre os quais, com grande relevância, está a sua relação com o desenvolvimento sustentado e, por conseguinte, deve ser objecto a ser abraçado pelo poder público.

O Ecoturismo é sinónimo de desenvolvimento sustentável.

Características do Ecoturismo:

- Viagens conscientizadas, pois trata-se de áreas naturais que conservam o meio ambiente e cooperam para o bem-estar das comunidades locais. O grande objectivo do ecoturista é o conhecimento - educação, e a melhor forma de conhecer um lugar é visita-lo, conhecendo as suas belezas e mazelas.

A base desta característica é a informação. O ecoturista interessa-se pelo destino que pretende visitar e pesquisa sobre ele, não só quanto aos pacotes turísticos existentes (guias, transportes, hospedagem, alimentação etc.), mas também quanto a outros aspectos ligados ao meio ambiente como geografia, clima, população etc.

A consciencialização do viajante em relação à região que pretende visitar é muito importante. Portanto, a informação é uma das chaves do ecoturismo, sendo a Internet hoje uma grande ferramenta para o segmento, pois, permite um volume fabuloso de troca de informações em curto espaço de tempo.

A actividade ecoturística deve valorizar ao máximo as comunidades locais em torno de alguma região com potencialidades turísticas.

O ecoturista dedica-se por essência às áreas de conservação, por exemplo, às unidades de conservação onde a visita é prevista no plano directo (parques, reservas), porque é precisamente nestas áreas pelo nível de conservação, que permite a maior e mais original interacção com o meio ambiente, desejada pelo ecoturista. Naturalmente, quando maior for a unidade de conservação tanto mais selvagem poderá ser e permitir uma interacção mais intensa com a natureza. De qualquer modo os grandes interessados e parceiros na preservação dessas áreas são justamente os operadores ecoturísticos ou, a rigor, todos aqueles que se beneficiam de alguma forma de preservação dessas áreas. Daí a grande afinidade com o desenvolvimento sustentável, pois, a actividade estará organizada e gerando lucro quando mais preservada estiver a área em questão.

Cooperar com o bem-estar das comunidades locais é, provavelmente, a característica mais importante do ecoturismo.

Para o ecoturista é muito importante o nível do envolvimento da comunidade nas actividades ligadas á sua visita. O que se quer é que os habitantes residentes nas áreas com potencialidades ecoturísticas sejam os principais beneficiados com essa actividade, que encontram nela uma forma de sustento, e preferencialmente complementar as já existentes. Seja como: guias, proprietários de pousada, donas de restaurante, cozinheira, motoristas, etc. Em fim, a mão-de-obra utilizada na infra-estrutura de determinado destino ou produto, deve absorver ao máximo a mão-de-obra local e, de preferência, que as actividades ligadas às visitas sejam actividades complementares as já existentes.

Resumindo, não fica bem que o agricultor ou o pescador abandonem as suas actividades tradicionais em substituição a um trabalho numa pousada ou em qualquer outra actividade ligada ao ecoturismo. Portanto, a oferta do trabalho na infra-estrutura ecoturística deve ser complementar. O ecoturista deseja interagir, trocar experiências com as pessoas

locais. Para ele, não tem importância chegar a uma determinada região permanecer aí alguns dias ou mesmo semanas sem que a comunidade local esteja envolvida intensamente na sua visita.

Um dos melhores caminhos para a consciencialização das comunidades à volta das áreas de preservação é a educação ambiental cujos projectos e programas devem ser implantadas nas escolas por parte do poder central.

5.2. Ecoturismo e ambiente

A curiosidade, a pesquisa, a preocupação com o equilíbrio das espécies e do ambiente passaram a ser sentimentos universais e não mais monopólio dos técnicos e cientistas. As pessoas devem entender que se preservar o ambiente em que vivem terão melhor qualidade de vida.

Já se fala muito na educação ambiental que é “a contribuição para a formação de cidadãos mais conscientes”. Há um desejo cada vez maior de conhecer a natureza, e o ecoturismo surge para unir o útil ao agradável, ou seja, a sustentabilidade do meio através da educação ambiental e o uso adequado do meio ambiente.

O futuro da humanidade vai depender de como a questão ambiental vem sendo considerada actualmente. E a principal função dos trabalhos com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e actuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade em geral. Pois, a educação ambiental é capaz de transformar o pensamento do homem em relação á natureza porque o ser humano, através da educação ambiental, valoriza a natureza utilizando-a com o mínimo de impacto possível.

Do ponto de vista mercadológico o ecoturismo utiliza o património cultural de forma sustentável. Grande parte das pessoas que viajam tem como destino as áreas naturais. A consciencialização da sociedade, quanto às questões ambientais, tem gerado crescente demanda por actividades de lazer e recreação nas zonas rurais. Mas a oferta dos produtos

ecoturísticos depende essencialmente da existência de áreas de significativo valor ecológico e cultural; da maneira como estas áreas são geridas; da existência de infra-estruturas adequadas e disponibilidade de recursos humanos capacitados. E tudo isso só pode ser atingido através de um amplo planeamento, integrado e participativo que considera os seguintes aspectos:

- O respeito às culturas nativas;
- O uso sustentável dos recursos;
- A protecção da biodiversidade;
- A integração do turismo nos planos e projectos comunitários com a participação da população residente;
- O apoio às economias locais;
- A consulta a todos os intervenientes;
- A capacitação dos recursos humanos;
- As pesquisas do mercado;
- As estratégias e mecanismos mercadológico;
- O estudo prévio para a minimização dos impactos ambientais e sócio-culturais.

5.3. Desenvolvimento sustentável

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável deu-se em 1987 quando surgiu o relatório “Our Common Future”, elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente das Nações Unidas. Este documento ficou conhecido pelo relatório de Brundtland⁴.

Desenvolvimento sustentável é definido como sendo um desenvolvimento que proporciona a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.

Falar do desenvolvimento sustentável é falar do ambiente que queremos às próximas gerações, é ter capacidade de decidir que é absolutamente necessário tomar medidas de fundo

⁴ File:///D:/pagina de Net do Vitor/Página/Páginapar...ERNET/Investigação em Turismo/Ecoturismo porquê.htm

estratégias horizontais e a longo prazo. As incertezas são grandes e muitas das actividades que se tomam talvez não garantem completamente a preservação do nosso meio.

Um passo relevante para o desenvolvimento sustentado do turismo é a educação ambiental no qual o ecoturismo deve basear.

A chave para a sustentabilidade é a harmonia entre: Lugar, visitante e comunidade hospedeira. Por isso, apresenta-se a seguir alguns aspectos a considerar na procura de sustentabilidade:

- Insatisfação com os produtos;
- Crescente consciência ambiental e sensibilidade cultural;
- Percepção das regiões de destino, dos recursos preciosos que estas possuem, ambos naturais e humanos e suas vulnerabilidade;
- Mudança de atitudes dos operadores turísticos, relativamente à consciencialização ambiental;

6. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O ecoturismo sendo uma actividade científica, educativa, recreativa e lucrativa que engloba as vertentes “turismo, ambiente e desenvolvimento sustentável”, para a sua implementação é necessário estabelecer um plano de modo a permitir que haja uma relação de simbiose entre elas para que a geração vindoura possa usufruir dos benefícios que hoje se desfruta. Por isso essa actividade tem que ser desenvolvida de forma racional, minimizando no máximo os impactos ambientais. O seu desenvolvimento deve partir de uma profunda análise sobre os aspectos positivos e negativos que dela possam surgir no sentido de buscar alternativas que garantam maiores rendimentos e bem-estar a todos os sectores. Os caminhos a serem seguidos para que a actividade turística seja desenvolvida no meio rural depende sempre de um planeamento, sendo necessário considerar todas as informações que possam contribuir no estabelecimento de estratégias eficientes e eficazes.

Portanto, a seguir pretendemos apresentar um quadro de aspectos positivos e negativos que depois de analisadas julgamos serem pertinentes e que se devem ser tidas em conta ao traçar um plano de desenvolvimento de ecoturismo.

Aspectos positivos

- ⇒ Gera receitas e empregos;
- ⇒ Melhora o nível de vida da população;
- ⇒ Incentiva investimento;
- ⇒ Permite o conhecimento da região, novas infra-estruturas e maior acessibilidade;
- ⇒ Proporciona maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais o que contribui para reforço dos valores e tradições locais;
- ⇒ Gera no indivíduo o orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro;
- ⇒ Permite o reconhecimento internacional, desenvolvimento local integrado;
- ⇒ Cria novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas;
- ⇒ Propicia adopção de estratégia de gestão sustentável;
- ⇒ Contribui para a educação ambiental dos visitantes;
- ⇒ Contribui para a criação de áreas, programas e organizações (governamentais e não governamentais);
- ⇒ Estabelece a compatibilidade entre as necessidades de gerar fontes e rendas para comunidades locais, a preservação do ambiente e o imperativo ético da equidade social;
- ⇒ Permite manter relações recíprocas entre o turismo e a cultura, respeitando a diversidade cultural;
- ⇒ Permite inserir o turismo na equação do desenvolvimento local que está fundada na viabilidade económica, na equidade social, e prudência ecológica;
- ⇒ Permite perspectivar o turismo enquanto actividade económica a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Aspectos negativos

- ⇒ Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimento alternativos;
- ⇒ Elevados custos em termos de infra-estrutura necessárias;
- ⇒ Desenvolvimento descontrolado do comércio local;
- ⇒ Comercialização sazonal de actividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo;
- ⇒ Elevados custos sociais (na prostituição, droga, alcoolismo etc.);
- ⇒ Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldades de comunicação;
- ⇒ Mau planeamento, segregação sócio-espacial.
- ⇒ Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessivo de resíduos sólidos;
- ⇒ Mudanças sociais e culturais.



CAPÍTULO II

1. Caracterização do Monte Gordo

1.1. Breve Historial Sobre Monte Gordo

Situado no centro da ilha de São Nicolau, constitui o ponto mais alto da ilha, e o terceiro mais elevado do arquipélago.

Não há registo sobre a origem do nome. Todavia ao observar de longe o seu perfil longitudinal confunde e tem-se a sensação de se estar perante um maciço “Gordo” de onde poderá ter surgido a designação.

Outros dizem que o nome resulta do facto de apresentar em quase toda a extensão permanentemente húmida um aspecto “gorduroso” particularmente nos meses mais frios do ano em consequência das orvalhadas. Provavelmente, “Gordo” tenha derivado de Gorduroso.

No passado, mais precisamente entre 600 a 1000m predominou-se uma densa vegetação arbustiva, constituída essencialmente por língua de vaca, Macela, Tortolho, Lantuna, Sisal; exemplares de Marmulano, e urzela, (planta utilizada antigamente para tingir tecidos).

Com a acção de arborização efectuada pelos portugueses em 1951, foram introduzidas exemplares de Pinho, Eucalipto, Cipreste, servindo-se de viveiro que foi mandado construir na Ribeira dos Calhaus.

Face à criação da Lei Florestal de 1997 MG foi enquadrado como perímetro florestal, para mais tarde transformar em Parque Natural.

1.2. Localização

Situa-se na parte ocidental de S. Nicolau, entre as coordenadas 24°21' e 24° 22'30' W e 16° 36' 30'' e 16° 37' 30'' N.

1.3. Formação

Fazendo parte de um grupo de relevos situado no Ocidente da ilha, Monte Gordo é constituído essencialmente por materiais piroclásticos e escoadas sub-aéreas. De idade pliocénica, a formação do Monte Gordo (por comodidade, MG) assenta na formação da preguiça, no complexo eruptivo principal antigo e está coberto muitas vezes por depósitos sedimentares quaternários.

Parte considerável da ilha está marcada praticamente pela morfologia dos piroclásticos da formação do MG e das escoadas subaéreas do complexo eruptivo principal.⁵ As escoadas de formação são de lavas basálticas escurecida vacuolar, por vezes com estruturas tumulares, com empolamento e alguns canais lávicos.

⁵ J. de Macedo et alii, *Nota explicativa da carta geológica da ilha de São Nicolau (Cabo verde)*, Lisboa, 1988

As rochas mais comuns são de natureza basáltica com particular incidência do tipo basanítico. Castigados pela erosão, esses materiais alteram a sua constituição transformando-se em produtos com cores avermelhados e amarelos. Em compensação a permeabilidade daqueles materiais favorece bastante a infiltração das águas das chuvas e da precipitação invisível de nevoeiros produzidas nas regiões altas.

No MG tem origem as mais importantes ribeiras desta ilha: Palhal, Areia, Pedras, Calhaus, Chã, Pombas, Prata, Camarões, Fajã, Queimadas, e Brava. A maioria corre ribeiras em vales fundos principalmente quando cortam as formações basálticas e escóreas vulcânicas. Outras vezes quando seguem através de terrenos desagregáveis apresentam-se vales largos sem margens abruptas como os casos dos vales da ribeira Brava e do Recanto⁶.

Segundo J. Bacelar Bebiano (1932) as ribeiras: Prata, Camarões, Queimadas e Brava levavam água durante todo o ano e as restantes brotavam algumas nascentes, razão pela qual essas ribeiras ainda hoje apresentam alguma vegetação.

1.4. Roteiro que dá acesso à Localidade



O acesso ao Monte Gordo tem o seu ponto de partida no chafariz do Cachaço com a inscrição água do torno OP – BH 1972. A cinquenta metros da estrada principal começa a estrada florestal. Serpentinhas vão dar à casa do guarda (aos 900m),

⁶ J. Bacelar Bebiano, *A Geologia do Arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, 1932

onde uma barreira impede a entrada de viaturas. Cerca de uma hora mais tarde depara-se com uma casa ao lado de uma pequena cratera seca, a caldeirinha. Apenas cem metros mais à frente separam-se dois caminhos (1048m). Sai-se da estrada descrevendo um rectângulo e começando a subir de imediato entre arbustos até chegar à lombada, para apreciar a bela vista de Hortelã, Tarrafal e a península sul. O caminho continua pela lombada até ao topo, 1312m, onde se pode observar toda a ilha e outras paragens.

1.5. Geomorfologia

Pertence ao grupo dos quatro maciços montanhosos da ilha (MG, Monte Bissau, Jalunga e Fontaínhas). Com uma altura máxima de 1312 metros, representa o ponto culminante da ilha. Há quem diga que nos dias de céu limpo é possível, do cume, observar outras paragens do país ao espreitar por cima das nuvens do nordeste, oferecendo uma vista panorâmica excelente sobre São Vicente, Santo Antão, Santa Luzia, que por vezes chega até ao pico de Antónia da ilha de Santiago e ao pico da ilha do Fogo.

Situa-se ao centro de uma cadeia de montanha que se estende de noroeste a sudeste atravessada por uma série de ribeiras que se dirigem para as zonas costeiras.

Pedogeneticamente a formação do MG é a mais importante das formações geológicas da ilha devido à sua predominância de piroclásticos sobre a litologia das escoadas, tanto em altitude como em área ocupada (Marques 1983). Devido a pequena dimensão dos piroclásticos são facilmente meteorizáveis, originando na fachada N- NE solos evoluídos (espessos) dada à influência positiva da humidade transportada pelos ventos alísios húmidos do nordeste, reflectindo positivamente na cobertura vegetal. Contrariamente às formações de piroclásticos da fachada S-SW e do Ocidente com declives por vezes superiores a 50°, que sofrem influências negativas das chuvadas violentas, estando sempre susceptíveis a profundos abarracamento e importantes movimentos de massa que nem as acções intensas de reflorestação puderam evitar. A nordeste com área maioritariamente ocupada com floresta

exótica, a partir dos 800-900m de altitude que dá acesso ao canto de Fajã e ao vale da Fajã estão perfeitamente conservados

Com relevo acidentado, altitudes elevadas e suas vertentes expostos aos ventos alísios do NE, com maior expressão no MG, condicionam uma sucessão de quadros paisagísticos que vai da zona semi-árida das encostas voltadas a S-SW à zona húmida da fachada Nordeste com um coberto vegetal exuberante, devido, em parte, à presença de nuvens na maior parte do ano. É sem duvida a localidade com maiores quedas pluviométricas da ilha, e o Nordeste beneficia durante alguns meses do ano das precipitações ocultas devido à humidade transportada pelos ventos alísios, constituindo por isso juntamente com locais pontuais situadas a ocidente da ilha as únicas zonas húmidas da ilha.

1.6. Solos

Na parte húmida do nordeste, como os solos sofreram influência de materiais piroclásticos expelidos pelo extinto vulcão MG, esses materiais sofreram ao longo dos tempos alterações devido à acção da humidade. Tratam-se de solos pedologicamente evoluídos com maior ou menor intensidade em diferentes parcelas.

No ponto mais alto as superfícies são recobertas pelas escoadas basáltica de fraca evolução pedogenética, com substrato contínuo de rochas basálticas rugosas.

Na fachada semi-árida do sudoeste entre 1200-1300m, existem materiais de projecção (cinzas, begacinas e escórias), que resultaram solos pouco evoluídos (fraca espessura), de acentuados declives e de materiais não consolidados, susceptíveis a elevados riscos da erosão. Estes encontram-se ocupados por vegetação natural, na sua maior parte forrageira e muito degradado pelo pastoreio livre (Diniz e Matos 1999).

Geralmente os solos do MG estão ocupados por florestas, agricultura de sequeiro e pastagens.

Os mais evoluídos, as encostas voltadas para nordeste são utilizados para floresta e agricultura de sequeiro. Aqui os solos são mais espessos e por isso ocupados na sua maior

superfície por espécies florestais introduzidas. Cerca de um hectare está povoado por formações arbustivas constituídas por *Euphorbia Tuckeyana*, formações densas de *Lantana camarae* e exemplares de *Nauplius Smithii*.

Também existe nesta fachada uma depressão ocupada por agricultura de sequeiro, onde os principais cultivos são o milho, feijões e batata-doce. Contrariamente à fachada do Nordeste está a Sudeste com solos menos evoluídos (pouco espesso) e de declives acentuados ocupadas com vegetação natural e semi-natural forrageira.

1.7. Vegetação e Flora

Segundo Izildo Gomes, ao fazer uma retrospectiva da flora do Monte Gordo repara-se que deram a devida atenção às formações vegetais actuais da fachada N-NE, o que permite observar a existência de uma importante comunidade de *Euforbia Tuckeana*



(tortolho) com exemplares de 2,5m de altura que abrangem uma parcela com cerca de 1,5ha inserida a uma altitude aproximadamente de 1000m, o que permite concluir que a vegetação natural potencial dessas encostas compunha-se de um denso estrato arbustivo que provavelmente abrangia toda a área dos 300m até cerca de 1000m.

Das espécies características dessa formação destaca-se a *euphorbia tuckaena*, *Naupillus smitii* e *Echium stenosisiphon* ssp, *stenosisiphon*. Nos meados da década de oitenta estimava-se quase duas hectares dessas encostas mantinham – se cobertas com essas espécies. Com a introdução de algumas espécies exóticas em muitos casos mal sucedidos resultou a destruição de importantes formações dessas espécies.

Estão também presentes exemplares de *Dracaena draco* nas encostas que dão acesso ao Cachaço, o que indica a existência do dragoeiro, pelo menos nas encostas das partes mais baixas e intermédios das zonas altas que dão acesso às Fajãs.

As zonas altas, áreas pedregosas do MG encontram-se destituídas de vegetação típica exuberante dado ao seu pico arredondado.

A vegetação exuberante encontra-se nas cumeadas das contrafortes orientais que se situam a cerca de 1000 metros e as partes pedregosas situadas a baixa altitude norte. Nestas cumeadas encontram-se uma grande diversidade de espécies e uma considerável percentagem de endemismos.

Como taxas características dessas zonas húmidas agredidas pelo vento assinalavam-se entre outras grandes populações de *Papaier gorgoneum* ssp *gorgoneum*. *Echium stenosisiphon*, *Sonchus daltoni*, *campanula jacobaea*, *Paronichia illecebroides*, *Turnabenea insularis*, *Campylantus Glaber*, *Coniza faea*, *Aeorium gorgoneum*.

A Sul do MG e dos contrafortes a vegetação arbustiva típica de zonas húmidas é substituída por uma vegetação composta por *lavandula rotundifolia*, *Periploca laevigata* ssp *chevaliere*, e *Sarcostemma daltoni*, como espécies características. (Gomes et al. in prep).

Actualmente a 900m aproximadamente da costa do nordeste encontra-se um revestimento denso constituída por vegetação arbustiva na sua quase totalidade por *Euphorbia Tuckeana* que em muitos casos chegam atingir os 2,5m de altura. Passados os 960 m a vegetação é constituída essencialmente por *Nauplius Smithii*, *Mecela de Gordo* acompanhados de algumas espécies como *Euphorbia Tuckeana*, *Ecchium stenosisiphon* ssp *stenosisiphon* (língua de vaca), *Turnabenea insularis* (Aipo) entre outras.

Em todo o nordeste do Monte Gordo os agrupamentos compostos por *Nauplius Smithii* estão sendo pressionadas por *Funcraea Gigantea* (Carrapato) e *Lantana Camara* (Lantuna) com maior destaque para este último. Nos contrafortes da encosta NNE encontra-se exemplares isolados de espécies exóticas introduzidas, nomeadamente: *Acácia* sp *Cupressus sempervirens* e *Pinus canariensis*. O ocidente do Monte Gordo constitui a área com mais espécies introduzidas, entre as quais *Dracaena draco* com um povoamento com cerca de 1000

exemplares, sendo esta espécie endémica da Macaronésia introduzidas pelo Ministério de Alimentação e Ambiente.

No entanto, nas encostas NNE encontra-se um regato conhecido por Fundo de Manuel Sisana a 1080m de altitude com cerca de 20 exemplares de *Tolpis fainulosa* (Mato Branco), espécie encontrada na área e na ilha pela primeira vez, acompanhada de *Aeoneum Gogoneum* (Saião), *Campanula Jacobaea* (Conta–Bruxa–Azul), *Lavandula Rotundifolia* (Lisbon), *Euphorbia Tuckaena* (Tortolho) e *Tornabenea Insularis* (Aipo).

Os cumes pedregosos dos contrafortes estão revestidos por espécies anteriormente mencionadas de vegetação natural potencial.

“ As zonas pedregosas sitas em Monte Gordo a uma altitude de cerca de 1100m apresentam um revestimento com uma composição florística diferente onde se evidenciam as espécies de *Aeoneum Gorgoneum*, *Echium stenosphon* ssp *stenosphon*, *Campanula jacobaea*, *Lotus* sp, *Globularia Amygdalifolia* e *Verbascum Capitis- Viridis*”.

A sudeste a vegetação é muito rarefeita com exemplares das espécies típicas mencionadas anteriormente. É frequente aparecerem exemplares de *Opuntia Ficus- Indica*.

O segundo contraforte a ocidente que tipicamente deveria apresentar um revestimento florístico semelhante à da primeira, demonstra a degradação causada pela reflorestação.

A encosta N-NE e o cume apresentam um revestimento antigo de *Eucalyptos* sp, *Cupressus sempervirens* e *Pinus Canadienses*.

1.8. Fauna

Normalmente os sistemas de montanhas padecem de fauna relativamente pobre e MG não constitui excepção. Contudo, embora não tenha sido contemplado com estudos geológicos pensa se que esta área seja o habitat de representantes de algumas espécies de repteis pertencentes ao género mabuya, ordens de insectos (coleopteros, hemipteros ,heminopteros, Ortopteros entre outras) e espécies de aves.

Trabalhos de investigação florísticas realizados nesta área em Setembro de 1994 e Novembro de 2000, comprovam a existência de alguns espécimes pertencentes às espécies *Falco Tinnunculus* (zabelinha), *Passer iagoensis*, (pardal di terra), *Sylvia atricapilla* (Toutinegra), e *Corvus ruficollis* (corvo). No entanto, pelas condições orográficas e climáticas locais pressupõe-se *Pterodroma Faea* (Gongon), espécie endémica de Cabo Verde, considerada em perigo crítico (Hazevoet,1996) e *Pandion haliaetus* se reproduzam nessa área. Actualmente encontra-se nesta área um casal de milhafre.

Monte Gordo graças às suas condições ecológicas favoráveis, apresenta uma flora relativamente rica, e destaca pela sua riqueza em diversidade biológica: Planta endémicas, indígenas, ecossistemas agrícolas e valor ecológico, razões que apontam para a conservação e protecção da sua biodiversidade, pois, revela grande importância para a sobrevivência humana e as comunidades de toda a ilha utilizaram desde sempre a vegetação local para a alimentação do gado, do próprio homem e na cura de muitas doenças.

1.9. Espécies inventariadas na área de Monte Gordo

Em seguida apresenta-se listas de plantas inventariadas na área de MG, utilizadas como forrageiras e na medicina tradicional, os endemismos e os seriamente ameaçados:

Lista de plantas endémicas ameaçadas

Nome Científico	Nome Vernáculo	Forrageiras	Medicinais
<i>Adiantum incisum</i>	Avenca		
<i>Aeoneum gorgoneum</i>	Saião		+
<i>Amaranthus candatus</i>	-	+	+
<i>Anogramma leptophylla</i> (L) Link	-		
<i>Argemone Mexicana</i>	cardo		+
<i>Aristida carcardosoi</i>	-	+	

Monografia

Arthrsxonlancifolius(Trin)Hochst.	-		
Asplenium hemeonitis L	Feto		
Asplenium aethiopicum var. braithwaitii	feto		
Bidens pilosa L	Seta preta	+	+
Brassica nigra	mostarda		+
Campanula jacobaea Chr.Sm. ex Webb	Contra bruxas azul		
Campylanthus glaber Benth.ssp.glaber	Alecrim brabo		+
Cenchnus ciliaris	-	+	
Centaurea melitensis	-	+	
Chenopodium murale	Palha teixeira		+
Chloris virgata	-		
Coniza faea (Begin) Wild	Losna brabo		
Coniza varia (Webb) Wild	-		
Coronopus didymus	-		
Crotalaria senegalensis (Pers) Bacle ex DC	-		
Cupressus sp.	-		
Cyperus rotundus	-		
Davvalia canariensis (L.) J.E. Sm.	-		
Diploxaxis gracilis	Mostarda brabo	+	+
Echium stenosisiphon Webb ssp stenosisiphon	Lingua de vaca	+	+
Emex spinosa			
Eragrostis barrelieri Daveau		+	
Eucaliptus sp	Eucalipto		+
Euphorbia Tuckeyana Steud ex Webb	Tortolho		
Funcraea gigantea	carrapato		
Galinsoga quadriradiata	-		
Galium parisiense L	-		
Globularia amygdalifolia Webb	Mato boton		+
Gnaphalium luteo- album			
Gnafalium dealbatum Thunb.	-		
Heteropogon contortus (L) PB. Ex Roem.		+	
Hyparrhenia hirta (L) Stapf		+	
Ipomoea batatas L			+

<i>Ipomoea purpurea</i> (L) Roth		+	
<i>Kickxia</i> sp	Agrião		+
<i>Lantana Camara</i>	lantuna		+
<i>Launaea gorgadensis</i> (Bolle) Kilian	-		
<i>Lavandula coronopifolia</i> Poir	-		
<i>Lavandula Rotundifolia</i> Benth	lisbon	+	+
<i>Lotus</i> sp	piorno	+	
<i>Melinis repens</i>	-	+	
<i>Mirabilis jalapa</i>	-		
<i>Misopates orontium</i>			
<i>Nauplius smithii</i> (Webb) Wilk.	Macela de gordo		
<i>Nicotiana tabacum</i>	tabaco		+
<i>Notholaena marantae</i> (L) Domin var s.			
<i>Opuntia ficus-indica</i> (L) Mill.	cacto		+
<i>Oxalis corniculata</i>			
<i>Papaver gorgoneum</i> cout.ssp. <i>gorgoneum</i>	Papoila de C.Verd	+	
<i>Paronychia illecebroides</i> (Chr.Sm.ex Webb)	Palha formiga		
<i>Pennisetum pedicellatum</i>	-	+	
<i>Periploca laevigata</i> ssp. <i>chevaliere</i>	Cor- cabra/lantisco	+	+
<i>Phagnalon Melanoleucum</i> Web	Mato branco		
<i>Pinnus</i> sp	Pinheiro		
<i>Plantafo afra</i>	-		
<i>Polycarpaea gayi</i> Webb	Palha- bidião		
<i>Polycarpon tetraphyllum</i>	-		
<i>Portulaca Oleracea</i> L.	bordolega	+	+
<i>Psidium guayava</i> L.	goiaba		+
<i>Rhynchelytrum grandiflorum</i>	-	+	
<i>Sarcostema daltonii</i> Webb	Gestiba /ervatão		+
<i>Satureja forbesii</i> (Benth) Briq.	Erva cidreira	+	+
<i>Setaria barbata</i>	-	+	
<i>Setaria Pumila</i>	-	+	
<i>Sida Acuta</i>	lolo		
<i>Silene gallica</i> L.	-		

<i>Sonchus daltonii</i> Webb	Coroe de rei	+	+
<i>Sonchus Oleraceus</i>	sarralha	+	
<i>Tagetes minutas</i>	Cravo-de - burro		
<i>Tolpis farinulosa</i>	Mato branco		
<i>Tornabenea insularis</i>	aipo	+	+
<i>Trachynia distrachya</i>	-		
<i>Tricholaena Teneriffae</i>		+	
<i>Umbilicus schmidtii</i> Bolle	Bálsamo		
<i>Verbascum capitis viridis</i> Hub- Morg	Sabão de feiticeira		+
<i>Wahlenbergia lobelioides</i> (L.fil.) A.DC.ssp	-		
<i>Waltheria Indica</i>	-		
<i>Zea mays</i>	milho		+

Lista das espécies ameaçadas

Espécie	Grau de ameaça: Cabo verde	Grau de ameaça São Nicolau
<i>Asplenium hemionitis</i>	CR	EN
<i>Campylantus glaber</i> ssp. glaber	VU	VU
<i>Notholaena marantae</i> var. subcordata	I	EN
<i>Coniza faea</i>	EN	EN
<i>Coniza faria</i>	EN	EN
<i>Davallia canariensis</i>	R	R
<i>Diplotaxis gracilis</i>	VU	VU
<i>Euphorbia tuckeyana</i>	VU	VU
<i>Globularia amygdalifolia</i>	VU	EN
<i>Nauplius smithii</i>	EN	EN
<i>Papaver gorgoneum</i> ssp gorgoneum	VU	VU
<i>Periploca laevigata</i> ssp. chevaliere	EN	EN
<i>Satureja forbesii</i>	I	EN
<i>Sonchus daltinii</i>	I	VU
<i>Umbilicus schmidtii</i>	R	R
<i>Verbascum capitis viridis</i>	VU	VU



Durante a visita de estudo efectuada ao Monte Gordo constatou-se a invasão de *Lantana funcraea* (carrapato), *lantana câmara* (lantana) e outras espécies invasoras que ocupam grande parte do espaço, perturbando o desenvolvimento das plantas endémicas. Constatou-se ainda uma enorme degradação do solo pela erosão. Assim, considera-se pertinentes acções imediatas de conservação da biodiversidade como também medidas a favor de recuperação dos outros recursos naturais em degradação.

Das 28 (vinte e oito) espécies medicinais, as mais utilizadas pelas comunidades locais são a Erva-cidreira (*satureja Forbesii*), utilizada para aliviar dores de estômago e perturbações intestinais; o Alecrim Bravo (*Campylanthus glaber ssp glaber*), aplicada na cura de dores musculares, Lisbon (*lavandula rotundifolia*), utilizada no combate à febre.

1.10. Caracterização Socioeconómico

As montanhas desempenham em Cabo Verde um papel fundamental na agricultura, água e biodiversidade.

No caso particular de São Nicolau, M G constitui referência no domínio económico e é um espaço mitificado pela memória colectiva, por encerrar lendas e mistérios. Este espaço de grande importância económica já foi objecto de estudos diversos e a título de curiosidade já foi objecto de abordagem na ficção literária da escritora Leopoldina Barreto no seu romance intitulado *Monte gordo*.

Trata-se de um romance de tese, que “testemunha” o papel daquele espaço na economia das famílias.

A exploração do MG na sua perspectiva mais alargada, segundo fontes religiosas terá começado com o padre Gesualdo Fiorini, quando na década de 50 manda construir ali uma casota e abriu uma pequena via de acesso à localidade. Mercê do seu microclima, normalmente, as colheitas de cada ano estão garantidas. E por outro lado, como já foi afirmado, é ali que existe a maior parte das plantas endémicas da ilha e do país.

Monte Gordo faz contraste com outras montanhas da ilha como é o caso do topo de Bissau que se encontra totalmente despido da vegetação.

Por existirem condições naturais propícias, é no Monte Gordo que vamos encontrar o habitat natural de algumas aves em vias de extinção.

Face aos dados aqui representados MG constitui, assim, por excelência um espaço privilegiado que a ser explorado convenientemente servirá como paragem aprazível e de realização turística.

1.11. Infra-estruturas

Monte gordo e seus arredores padecem de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do ecoturismo, o que deve merecer atenção por parte do governo e dos possíveis investidores que pretendam apostar no desenvolvimento sustentado desta localidade. Realmente a criação de infra-estruturas adequadas ao meio poderá resultar num desenvolvimento económico viável, desde que se respeitem os parâmetros traçados para o objectivo do desenvolvimento do ecoturismo.

1.12. Possíveis Investimentos em Infra-estruturas na área do Monte Gordo

Segundo o Senhor Manuel Conceição dos Santos (vulgo, Manel d'Esplanada), um dos grandes investidores desta ilha, desde há muito tempo sonhou na possibilidade da construção de um hotel em Monte Gordo e pensou em ali comprar um terreno para esse efeito. Tal não foi possível por aquele espaço fazer parte das áreas protegidas (zona de protecção integral). Mas o sonho não ficou por aí. Procedeu, posteriormente, à compra de terrenos nos sopés da montanha e actualmente está a construir um hotel rural no Cachaço, mais precisamente na zona do antigo chafariz, com todo o conforto e todo o aspecto tradicional direccionado a um turismo de natureza ou ecoturismo. Neste mesmo hotel o investidor pretende criar um espaço onde poderá expor produtos de artesanatos e utensílios tradicionais da ilha tais como trapiches, torradeira (toche) utilizada na preparação da farinha de mandioca e muitos outros. Também faz referência a construção de quartos rurais, todos fazendo parte do mesmo hotel, a construção vivendas (casas rurais) para venda. Assevera o senhor Manuel dos Santos que já dispõe de cinco compradores para essas vivendas.

Time Sharing – como os compradores provavelmente só precisam dessas casas para passarem férias, muitas vezes no máximo um mês por ano, pretende criar órgãos administrativos para gestão dos mesmos durante todo o ano. A venda terá por objectivo investir nas áreas industriais quais sejam: uma fábrica de enlatamento da cachupa preparada conforme os hábitos tradicionais; conservação da carne de porco (carne fumada, chouriço) entre outras.

Também pretende estabelecer um contrato com a Câmara Municipal que consistirá na oferta de cerca de quarenta toneladas de água dessanilizada em troca de vinte de “água de torno” destinadas a ser engarrafado e posteriormente exportadas para as ilhas de Sal e Boa Vista.

A concretizar, esses investimentos vão garantir empregos a muitas famílias desta área – Monte Gordo e seus arredores – que, como temos vindo a dizer, constitui objectivo do ecoturismo.

Esse mesmo investidor coloca a possibilidade de investimento nas zonas de Hortelã e Palhal, zonas limítrofes do Monte Gordo.

No entanto, a criação do Parque está direccionada ao desenvolvimento turístico, (ecoturismo ou turismo ecológico). No que diz respeito à infra-estruturação de momento, no âmbito do Projecto Áreas Protegidas, aguarda-se a chegada de um arquitecto paisagístico a fim de delinear possíveis infra-estruturas a serem construídas no MG. Não se prevê muita infra-estruturação, pois, o Parque tem que permanecer o mais natural possível. Todavia pretendem construir um Parque de Campismo, um quiosque, mas tudo simples, com material local, correctamente integrado nos critérios dos objectivos de um turismo ecológico.

Tencionam recuperar as casas ali existentes, respeitando o estilo original dos mesmos. Se provavelmente decidirem criar alguma infra-estruturação este terá que respeitar igualmente os critérios preconizados anteriormente, isto é, que a construção seja de material rústico típico da região e directamente integrado na natureza.

O próprio projecto (Áreas Protegidas), pretende apoiar as famílias que vivem nos arredores do Parque no sentido de construírem pequenos quartos tendo assim possibilidades de receber os turistas nas suas próprias casas e desta forma se integrarem um ao outro.

1.13. Enquadramento legal / institucional

Monte Gordo constitui um espaço que, pelas suas riquezas naturais, faz parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas, segundo consta o regime jurídico dos espaços naturais⁷.

Trata-se de um regime jurídico de protecção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico estão inseridos na Rede Nacional de Áreas Protegidas, que explorados convenientemente contribuem para o desenvolvimento sustentado do país.

Segundo consta do decreto-lei já citado, Monte Gordo pertence à categoria de Parque Natural. O seu estatuto justifica-se pela existência nesta área de plantas e animais endémicos de Cabo Verde que precisam ser protegidos, porque é necessário manter a função da reserva da água e proteger o solo da erosão, para que as comunidades que ficam próximas do Parque

⁷ Decreto-lei nº3 /3 2003, de 24 de Fevereiro de 2003

saibam beneficiar dele, dando valor aos produtos de artesanatos (balaio, bandeja, esteiras etc), produtos da agricultura, tudo isso para promover acções educativas à volta do parque, assegurar a continuação de usos e costumes tradicionais (dança, música). E, é necessário um trabalho conjunto com todas as comunidades que venham a ser influenciadas pelo Parque.

CAPÍTULO III

1. Ecoturismo em Monte Gordo

1.1. Potencialidade do ecoturismo em M.G.

O ecoturismo é um segmento de actividade turística que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Ecoturismo ao nosso ver é a prática do turismo de lazer, desportivo ou educacional em áreas naturais que devem ser exploradas e conservadas.

Das diferenças existentes entre o turismo comum (clássico) e o ecoturismo (turismo ecológico) ressalta-se que enquanto no turismo clássico as pessoas apenas contemplam estaticamente o que elas conseguem ver sem uma participação activa, no ecoturismo existe movimento, acção e as pessoas na busca de experiências únicas e exclusivas, caminham, carregam mochilas, apanham chuvas, sol, tendo um contacto muito mais próximo com a natureza, os costumes e a história local, o que acaba possibilitando uma interacção mais educativa e envolvente com a região.

Considerando que o ecoturismo é uma tendência em termos do turismo mundial que aponta para o uso sustentável de atractivos no meio ambiente e nas manifestações culturais devemos ter em conta que somente haverá condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio no diálogo entre os seguintes factores: resultado económico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuário) e da comunidade visitada.

O ecoturismo é uma actividade sustentável e, por se preocupar com a preservação do património natural e cultural, diferencia-se do turismo predatório. É uma tendência mundial em crescimento e responde a várias demandas, desde a prática de desporto radical ao estudo científico dos ecossistemas.

O nome ecoturismo é novíssimo, surgiu oficialmente em 1985 e a partir dessa data começa a ganhar densidade e hoje todos os governos do mundo têm-na como um dos factores de desenvolvimento nacional e local.

São Nicolau tem os seus pólos de desenvolvimento devidamente traçados e Monte Gordo é sem dúvida o pólo que apresenta melhores condições para a afirmação de um ecoturismo sustentado. Com a incrementação dessa actividade a ilha e, em particular, toda essa cadeia envolvente Monte Gordo e o vale da Fajã poderão atingir objectivos de desenvolvimento a saber:

- Promoção e desenvolvimento do turismo com bases culturais e ecologicamente sustentáveis;
- Surgimento de iniciativas de investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;
- Fazer com que a conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa estas tornar-se-ão aliadas de acções proteccionistas.
- Educar e motivar pessoas através da participação e actividades a perceber a importância de áreas naturais e culturalmente conservadas.
- Promover a conservação de valores naturais, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda dos aspectos geológicos e das espécies de fauna e flora, com interesse científico ou paisagístico;
- Promover o desenvolvimento rural com efeito sobre acções de estímulos e valorização das actividades económicas tradicionais que garantam a evolução das paisagens e da vida das comunidades;
- Apoiar a animação sócio-cultural através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares;
- Promover o repouso e o recreio ao ar livre de forma que Monte Gordo seja visitada e apreciada sem que daí advenha a degradação física e ecológica para a paisagem e para o ambiente.
- Fazer com que os nacionais percebam da sua riqueza e poderem valorizá-la.

- Nos últimos anos o ecoturismo vem crescendo rapidamente aumentando a procura por este tipo de turismo, o número de publicações de programas da televisão e de órgãos ligados ao assunto, etc. Importa referir que segundo a Organização Mundial do Turismo, enquanto que o sector do turismo cresce 7,5% ao ano, o segmento do ecoturismo cresce mais de 20%.

Em Cabo Verde a questão está a ganhar consistência e as ilhas montanhosas estão a ser contempladas com possibilidades de investimento no domínio do ecoturismo.

O ecoturismo já entra na linguagem dos operadores turísticos. Este interesse surge da preocupação com o meio ambiente, de uma maior consciencialização ecológica e é uma forma de fugir a preocupação e ao stress dos centros urbanos, diversificando assim as actividades de lazer.

Para que uma actividade se classifique como ecoturismo ou turismo de natureza deve se levar em consideração aspectos fundamentais que constituem pilares do desenvolvimento sustentável:

1. Conhecer o que se tem para poder valorizar;
2. Informação, formação e sensibilização da população e todos os órgãos decisores.
3. Os aspectos ecológicos, culturais, e históricos da localidade
4. Respeito às comunidades locais;
5. Respeito às condições naturais e à conservação do meio ambiente e interacção educacional;
6. Garantir que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita gerando consciência para a preservação da natureza e do património natural.

Com a introdução do ecoturismo a comunidade que forma essa cadeia montanhosa MG poderá alcançar melhores condições de vida e mais benefícios;

Ao meio ambiente - uma poderosa ferramenta na valorização dos recursos naturais;

A nação - uma fonte de riqueza divisas e geração de empregos;

Ao mundo - a oportunidade de conhecer e utilizar o património natural dos ecossistemas para onde convergem a economia e a ecologia para o conhecimento e uso das gerações vindouras. Pois, Monte gordo é de facto um pólo naturalmente preparado para esse fim já que das espécies inventariadas nessa região cerca de 28 são endémicos, e representam 34% das espécies encontradas na região, 44% das espécies estão na lista vermelha de São Nicolau e 30% na lista vermelha do arquipélago. Como se vê este parque natural tem algo de espectacular já que encerra no seu seio espécies vegetais e animais que podem constituir objectos de atracção turística.

O caminho ideal para o ecoturismo é o que se chama desenvolvimento sustentável. Este conceito propõe a integração da comunidade local com actividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Assim, MG ao apresentar estes recursos está apto para garantir a sustentabilidade do que temos vindo a falar.

Antes de implementar o ecoturismo é necessário saber se a população local está disposta a se envolver, directa ou indirectamente com esta actividade, indirectamente porque deve haver uma abertura inicial da população para receber pessoas estranhas e com hábitos diferentes, o que provavelmente não será tarefa difícil já que uma das características da nossa gente é ser amorável e acolhedora. No entanto o diálogo permanente com a população, o esclarecimento e a informação constante, o incentivo ao seu envolvimento com estas actividades são as chaves para o desenvolvimento desta actividade.

Cabo verde é conhecida pela sua abertura ao mundo e S. Nicolau estará a alturas de reafirmar esse papel. Com o ecoturismo MG poderá desencadear uma dinâmica económica que arrasta toda a cadeia envolvente, levando os potenciais investidores a edificarem infra-estruturas nas mais variadas zonas contíguas ali mesmo onde os turistas terão oportunidade de se estabelecerem nesse habitat natural e tirarem proveito dessa realidade.

Se o ecoturismo procura utilizar o património natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando formar uma consciência ambientalista, além de promover o bem-estar das populações envolvidas, julgamos que MG é a verdade um polo que deve ser explorado. Explorado, no sentido de ser descoberto pelos turistas, mas não no sentido predatório, aliás, é fundamental a sua conservação enquanto Parque Natural. Pois, o ecoturismo sendo uma actividade sustentável e que se preocupa com a preservação do património natural e cultural diferencia-se do turismo predatório.

Para o desenvolvimento do ecoturismo em MG é fundamental a implantação e adequação de infra-estruturas e desenvolvimento de tecnologias orientadas especificamente para destinos ecoturísticos prioritários. Além do mais, é urgente a informação ao turista a respeito de serviços, produtos e orientações sobre a conduta adequada a ter em relação ao parque natural com vista à sua protecção e à sua projecção.

De igual modo, entendemos ser crucial o incentivo à participação comunitária para que as populações envolvidas percebam no ecoturismo uma alternativa económica viável.

Os novos conceitos de desenvolvimento que se começaram a afirmar por todo o mundo, do global ao local, no início desta década, preconizam a sustentabilidade do

crescimento económico, uma mais equitativa distribuição de riqueza, uma atitude racional em relação á exploração dos recursos naturais compatibilização do económico e do social com o ambiental. É neste quadro que somos de opinião que Cabo verde em geral, e neste caso S. Nicolau em particular deve tirar proveito dos seus triunfos, de forma a poder garantir o seu desenvolvimento. E Monte gordo como pólo de ecoturismo deve estar preparado para esse fim.

1.2. Constrangimentos do desenvolvimento do Ecoturismo em Monte Gordo

Apesar do MG apresentar potencialidades para o desenvolvimento do turismo ecológico ou seja Ecoturismo, tanto pela sua história como pela sua natureza de ser uma amostra representativa de ecossistema húmidas de montanhas de Cabo Verde e uma das mais importantes do arquipélago, vários são os constrangimentos que vêm bloqueando o seu desenvolvimento nomeadamente a falta de infra-estrutura de base, o estudo de um plano de desenvolvimento turístico daquela localidade que engloba os aspectos positivos, negativos as possíveis alternativas de modo a garantir um turismo ecologicamente sustentado. Assim, torna necessário delinear estratégias capazes de clarificar os reais contornos que esta actividade deverá assumir para que de melhor forma possível se possa traçar as melhores opções que permitem garantir um maior e melhor aproveitamento das potencialidades ali existentes.

1.3. Perspectivas de desenvolvimento do Ecoturismo em Monte Gordo

Nota introdutória

Actualmente o confronto com a globalização da economia traz com ele um despertar de procura de soluções no intuito dos países acompanharem esta tendência, aliado a uma preocupação ambiental o que evidencia a todos os países a preocupação de uma política económica sustentável.

Cabo Verde embora sendo um país de poucos recursos não tem sido indiferente nesta matéria e tem emanado esforços para aproveitar os poucos recursos de que dispõe.

Assim o turismo tem sido como um dos mais importantes vectores de crescimento económico do país, muito embora este desenvolvimento tenha se limitado no turismo de praia e sol e por isso centrado nas ilhas de Sal e Boa vista, pouco ou quase insignificante nas outras ilhas. No entanto, vai se dando conta de que nem só de praia e sol vive o turismo, que a natureza nos oferece, outras alternativas viáveis e sustentáveis, sendo um destes Ecoturismo.

O desenvolvimento do ecoturismo nesta ilha significa crescimento da ilha a todos os níveis, mostrar aos turistas uma forma diferente de fazer turismo em contacto com a natureza e muitas vezes em ambientes humildes mas com a boa simpatia e gesto acolhedora do sanicolaense.

Na decorrência da publicação do decreto lei nº3 de 2003 que visa judicialmente a criação de áreas protegidas em Cabo Verde, dirigida pelo Ministério da Agricultura Ambiente, através da Direcção Geral do Ambiente, instituição governamental responsável pela área, já se encontra no terreno uma equipa do projecto Áreas Protegidas para dar inicio aos trabalhos da criação do futuro Parque Natural de Monte Gordo, o que constitui acção fundamental para o desenvolvimento do Ecoturismo que defendemos ao longo deste trabalho. Segundo José Maria Semedo “as áreas protegidas no seu geral foram criadas ao abrigo do Decreto-Lei 3 de 2003 tendo sido identificadas um total de 47. Esta delimitação foi feita com base na ideia do desenvolvimento do turismo voltado para o ambiente ou seja ideia da Área Protegida na perspectiva do desenvolvimento do Ecoturismo”⁸

⁸ Revista iniciativa nº8, Setembro/Outubro, 2005

Através de informações facultadas pela equipa pode-se apresentar a seguir a estrutura do projecto: O projecto “Áreas Protegidas” constitui uma rede onde a coordenação está sediada na Praia; numa primeira fase visa a criação de dois Parques Naturais: Serra Malagueta, na ilha de Santiago, e Monte Gordo, em São Nicolau, com a duração de quatro anos. Numa segunda fase os Parques Naturais de Santo Antão e S. Vicente. E serão financiados por parceiros nacionais e internacionais, a referir:

Governo de Cabo Verde;

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da População;

Fundo Global para o Ambiente (GEP).

A equipa está constituída por: Coordenador Nacional, Coordenador Local, Técnico de Desenvolvimento Comunitário e Técnico de Seguimento Ecológico

Até Dezembro o trabalho realizado pelos técnicos foi a de apresentação do projecto às comunidades, pois para preservar a área, a população tem que estar preparada para esse fim. Desenvolveram planos de acção de encontros com a população que residem nos arredores de Monte Gordo e efectuaram a apresentação do projecto.

Em Janeiro de 2006 formou-se um Comité de seguimento integrado por um elemento de cada uma das instituições abaixo:

Câmara Municipal da Ribeira Brava;

Comissão Instaladora do Município do Tarrafal;

Delegação Ministério do Ambiente e Agricultura;

Plano Ambiental Municipal;

INERF;

Portanto a equipa trabalha em sintonia com essas instituições e dois em dois meses realizam encontros para informação e discussão.

Ainda em Janeiro de 2006 trabalharam no recrutamento e selecção, e posteriormente na formação de inquiridores para realização de inquéritos socio-económicos nas comunidades situadas na periferia do futuro Parque; Água das Patas, Cabeçalinho, Palhal, Hortelã, Ribeira dos Calhaus, Fragata, Cachaço, Lompelado, Fajã (Pico Agudo, Canto Fajã e Lompelado). Dessas localidades foram inqueridos quinhentos e dez famílias. Actualmente encontram-se na fase de tratamento dos dados recolhidos.

Foi definido um limite provisório do Parque, no qual um Engenheiro Agrónomo, com a colaboração de um, Biólogo de Canárias, ambos técnicos de Seguimento Ecológico, estão nos trabalhos de pormenor, isto é, de zoneamento, tendo em conta que a área considerada até este momento, resume-se ao perímetro florestal. Neste trabalho procedem-se a um

levantamento florístico, informação fundamental para a delimitação do futuro Parque. Também procede-se á recolha de amostras de todas as plantas que existem nesta área para a criação de um herbarium. Ao mesmo tempo presumem se a elaboração de um mapa de vegetação com objectivo de identificar zonas com maior concentração de plantas por espécies que constitui atributo relevante para o plano de gestão do futuro Parque, bem assim a digitalização do parque.

Esta delimitação do Parque só será concluída com a opinião de todos os intervenientes do processo, os elementos da Comité, as Associações regionais etc.

A classificação da área será feita em função do maior ou menor nível de protecção requerida pela fragilidade dos seus elementos ou processos ecológicos, pela sua capacidade de suportar usos, pela necessidade de dar cabimento aos usos tradicionais e instalações existentes ou pelo interesse de nela instalar serviços.

De acordo com o Regime Jurídico dos Espaços Naturais⁹, esta classificação será feita segundo o seu destino e uso em:

1. Zona de protecção Integral (A sua finalidade é a preservação integral da zona sem intromissão humana e sem exploração de recursos, devendo o respectivo acesso só ser permitido com fins científicos ou de gestão, sempre de forma controlada, com finalidade educativa específica.);
2. Zona de uso moderado - A sua finalidade é a conservação geral dos recursos de forma compatível com a livre circulação e recreio das pessoas, podendo eventualmente ser permitida a colheita tradicional de sementes, frutas e outros produtos vegetais, sempre que não afecte a flora endémica e ameça a sobrevivência das plantações naturais;
3. Zona de uso tradicional - A sua finalidade é permitir as práticas tradicionais de aproveitamento sustentável dos recursos naturais que podem ser objectos de regulamentação própria;
4. Zona de Uso Especial – a sua finalidade é dar enquadramento aos povoados, casarios, infra-estruturas necessárias e directamente relacionadas com a gestão da área e das visitas, assim como às instalações de interesse público que por razões técnicas devem estar situadas dentro dos limites da área protegida

⁹ Decreto-lei nº3 /3 2003, de 24 de Fevereiro de 2003

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Entendemos ser possível aproveitar os recursos naturais de que dispomos sem comprometer o ecossistema natural, assim ao pensar no desenvolvimento de um projecto ecoturístico para Monte Gordo há que fazer um estudo de determinados princípios que devem merecer atenção. Trata-se da elaboração de um plano básico que irá definir entre outros o uso sustentável dos recursos naturais; a manutenção da diversidade biológica e cultural; a integração do turismo no planeamento; o suporte às economias locais; o envolvimento das comunidades locais; a opinião da população e de todos os que directa ou indirectamente poderão estar envolvidos no processo; a capacitação da mão-de-obra; marketing turístico responsável etc.

Sendo o turismo uma actividade antrópica, geradora de impactos, em que não raras vezes os negativos superam os positivos, convém: i) Munir-se de um plano compatível entre as actividades do ecoturismo e a conservação do Parque Natural, envolvendo a participação de todos os sectores na programação das actividades; ii) fazer com que a população descubra no ecoturismo uma actividade económica viável complementar às suas actividades; iii) investir na capacitação de recursos humanos, na melhoria de infra-estruturas e aproveitamento do ecoturismo como promotor da educação ambiental, objectivos esses, para cujo alcance sugerimos algumas propostas de acções:

- Definição da capacidade de carga, e de utilização, em função da vulnerabilidade do ecossistema;
- Criação de um regulamento do ecoturismo com regras discutidas publicamente;
- Paralelamente, fortalecer a interacção institucional através da articulação e intercâmbio de informações entre órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e sector privado;
- Promover e difundir informações sobre o ecoturismo a nível nacional e internacional, a partir de um banco de dados;

- Desenvolver estratégias de formação e capacitação de recursos humanos que irão envolver nas diversas actividades ecoturísticas;
- Envolver as populações no processo de delimitação e zoneamento do Parque, e sensibilizá-los das possibilidades e vantagens da prática do ecoturismo;
- Incentivar a participação das comunidades locais nas operações ecoturísticas;
- Trabalhar com a administração do Projecto Áreas Protegidas e Comunidades locais no estabelecimento de regras para envolvimento local no desenvolvimento do ecoturismo;
- Replicar modelos bem sucedidos do turismo e desenvolvimento rural;
- Promover o desenvolvimento profissional no domínio do ecoturismo;
- Trabalhar com o ministério responsável pela área do turismo no desenvolvimento e aplicação de estratégia de marketing para por em evidência as áreas protegidas como destinos prioritários de Cabo Verde;
- Trabalhar com agências de viagens nacionais e internacionais para incluir nos pacotes turísticos visitas de dia e estadia de noite nas áreas protegidas;
- Sensibilizar e informar ao turista orientando-o sobre a importância de uma conduta adequada á conservação das áreas visitadas;
- Para uma gestão integrada do ecoturismo em áreas naturais deverão ser implantadas normas que viabilizem a geração e distribuição de receitas nas áreas em questão;
- Desenvolver esforços através de organismos que apoiam a confecção e oferta de produtos artísticos e culturais aos ecoturistas (frutas, medicamentos tradicionais, artesanato etc.), utilizando o sistema de crédito;
- Finalmente deverá haver um controle de qualidade de operação ecoturística através do desenvolvimento de metodologias e sistemas que acompanham, avaliam e aperfeiçoam as actividades;

BIBLIOGRAFIA

- AM BIENTAL BRASIL, [Http:// WWW.ambientebrasil.com.br/agenda](http://WWW.ambientebrasil.com.br/agenda), *Ecoturismo*, 2003
- BARRETO, Leopoldina, *Monte Gordo*, Gráfica do Mindelo, 1997
- BEBIANO, J. Bacelar, *Geologia do Arquipélago de Cabo Verde*, Lisboa, 1932
- CABRAL, Emanuel e SILVA, Natalina Fortes, *Documento de Reflexão sobre o Desenvolvimento do Turismo em S. Nicolau*, S. Nicolau, 2002
- COSTA Jorge, et alii, *Têndencias Internacionais em turismo*, Edições Técnicas, Lisboa, 2001
- GOMES, Izildo et alii, *Plantas Endémicas e Árvores Indígenas de Cabo Verde*, Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, Praia, 2003
- GOMES, Izildo, *Fauna e Flora de Cabo verde*, ISE, Agosto de 2001
- GOMES, Izildo, Projecto CVI/00/G41 – Biodiversidade, *Subsídios para Elaboração do Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas futuras Áreas Protegidas*, Abril de 2001.
- [Http:// WWW. Federativo.bndes.gov.br/dicas/](http://WWW.Federativo.bndes.gov.br/dicas/) *Desenvolvimento Social – Ecoturismo*, 1997
- [Http:// WWW.paginadovitor/Investigação em turismo/ Ecoturismo porquê.htm](http://WWW.paginadovitor/Investigação%20em%20turismo/Ecoturismo%20porque.htm)
- LOBO DE PINA, António e MOTA GOMES, Alberto da, *Geologia de Cabo Verde*, ISE, Agosto de 2001
- MACEDO, J. Rocha et alii, Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha de São Nicolau (Cabo Verde), Lisboa, 1988
- MARQUES DIAS, e PARCHER, Rosina Cocli, SEEC/Curadoria do Património Cultural, Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, Decreto-lei Nº 3 /2003 - *Regime jurídico dos espaços Naturais*, Praia, 2003
- Revista INICIATIVA, Nº 8 de 2005
- SERRALEIRO, António,
- SILVA, L. Celestino, Nota Explicativa da Carta geológica da ilha de São Nicolau, Lisboa 1988.
- SILVA, Natalina, Reflexão sobre o desenvolvimento do Turismo em São Nicolau, Abril de 2002.
- SILVEIRA, António, *Programa Ambiental a Última arca de Noé*, [http://ultimaarcadenoe. Com.br/ecooque.htm](http://ultimaarcadenoe.Com.br/ecooque.htm), 1999/2002.
- VIVAN, António, e ROQUE, Andreia Maria, *O Turismo no Espaço Rural: Uma Estratégia para a nova Gestão Rural Brasileira*.

ANEXOS

ANEXO 1

Algumas Plantas utilizadas na medicina tradicional existentes na Área do Monte Gordo e as suas aplicações.

Plantas	Aplicação
Bálsamo	No combate á coceira (para banhar e tomar chá).Segundo Maria Júlia,Senhora de 103 anos de idade « em 1921 ouve um surto de coceira e quem conseguiu dizimar esta doença foi o bálsamo».
Agrião de rocha	Cura do fígado (ajuda na regeneração do fígado).
Eucaliptos	Utilizado no combate ás febres e constipações
Losna	Cura de febre (banhar e beber)
Salva	Cura de doenças ligadas ao intestino
Palha Teixeira	Utilizada na cura de dores de barriga
Erva-cidreira	Utilizada em infusão na cura da tosse

ANEXO 2



Monte Gordo – Vista de Caldeira (Sul)



Monte Gordo – Vista do Tarrafal









